
**NEM TUDO É SILÊNCIO: REFLEXÕES SOBRE OS DISCURSOS EM DEFESA
DA FAMÍLIA**

Graziele Frederico¹

Resumo: A análise do romance *Nem tudo é silêncio* (2010), de Sônia Regina Bischain, busca desconstruir o discurso sobre a família, comparando qual família foi invocada em dois momentos históricos da ditadura militar brasileira – em 1964 e posteriormente em 1975/1979 – que estão presentes no livro. Em 1964, mulheres foram às ruas e marcharam convocando a defesa da família brasileira contra a invasão de valores comunistas. Nove anos depois, o Movimento Feminino pela Anistia (MPFA) começa a demandar o retorno dos exilados e a libertação dos presos políticos, em nome, novamente de uma união nacional e da reconstituição das famílias brasileiras. Nesse âmbito, qual conceito de família foi resgatado e difuso tanto pelas marchadeiras de 1964 como pelo MPFA que silenciou em nome da reconciliação o fato de que mortos e desaparecidos não reconstruiriam famílias? Resgato que o que definimos como família é algo construído e modificado de acordo com contextos diferentes, afetado por decisões políticas e normas institucionais, demonstrando formas de poder, conforme nos aponta Flávia Biroli (2014).

Palavras-chave: família; ditadura militar; representação literária

Introdução

Nem tudo é silêncio é um romance publicado por Sônia Regina Bischain em 2010 que narra a violência de um Estado opressor desde a colonização até o golpe dos militares em 1964, e o retorno da democracia no final dos anos 1980. A narrativa é contada sob o ponto de vista de quatro mulheres: Aisha, Jaci, Iara e Ritinha.

Sônia Regina Bischain nasceu em São Paulo, é fotógrafa e designer. Participou com poesias e fotos no livro *Antologia na Brasa*, em 2009 e *Antologia Poesia na Brasa* vol. II, em 2010. Escreveu o livro de poemas, *Rua de Trás* (2009) e aos 53 anos lançou seu primeiro romance, *Nem tudo é silêncio* (2010). A obra foi publicada pelo Coletivo Cultural Poesia na Brasa.

Este trabalho busca discutir a partir do romance como se dá a construção e desconstrução dos discursos sobre a família tradicional. Entendendo essa, conforme apontado por Flávia Biroli na obra *Feminismo e Política* (2014) como um dispositivo de poder formado na idealização do amor romântico do casal heterossexual que se une em contrato para ter filhos e assim formar a unidade familiar.

¹ Doutoranda na Universidade de Brasília. Contato: graziele.frederico@gmail.com

Em 1964, parte da sociedade civil brasileira marchou pedindo a defesa da família contra o comunismo. Anos depois, a bandeira da anistia foi levantada em prol da reconstrução das famílias brasileiras. Em 17 de abril de 2015, durante a votação do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados, parlamentares votaram pela cassação dedicando o voto aos filhos, esposas, em defesa da família. Qual o ideal de família era defendido nessas ocasiões? Para quem essas manifestações estavam se dirigindo?

Judith Butler, em sua obra *Quadros de guerra* (2016), afirma que modos culturais podem regular disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência. Nesse caso, Butler argumenta que certas vidas são qualificadas como vidas e outras, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos.

Também nos discursos sobre a defesa ou reconstrução da família é possível então, questionar sobre qual família se trata e diante de qual enquadramento as normas dos discursos são formadas.

O problema não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada. O que poderia ser feito para mudar os próprios termos da condição de ser reconhecido a fim de produzir resultados mais radicalmente democráticos? (BUTLER, 2016, p.20)

Seguindo a visão de Rita Schmidt (2008), de que “os estudos literários podem articular o seu papel educacional com uma função social de relevância na medida em que abrirem o campo da reflexão e crítica às formas de silenciamento, de exploração e destituição do humano” (SCHMIDT, 2008, p.139), este trabalho busca refletir a partir do romance *Nem tudo é silêncio* (2010), como organizações de outros núcleos familiares foram empurrados para fora do enquadramento do discurso normativo, nem sempre por escolhas próprias.

1. Quais famílias cabem na moldura?

Durante o romance, temos a formação e a dissolução de inúmeras famílias, essa análise se concentrou nas famílias das protagonistas e narradoras. A primeira delas é uma escrava negra que acolheu a mãe de Jaci, quando essa fora encontrada sangrando na floresta. Jaci é filha de uma índia com um homem branco, do qual herdara os olhos azuis. Um dos primeiros relatos da história é, portanto, a violência sexual da qual é fruto a menina Jaci. A mãe morre no parto e Jaci é criada pelas escravas Aisha e Kinah. Não há família tradicional com mãe, pai e filhos. A autora não nos conta se as escravas eram ou não casadas, diz apenas que o pai de Jaci lhe deixou olhos azuis e que a mãe fora encontrada sangrando na floresta.

Desde o início do romance, temos então a formação de um arranjo familiar que não se enquadra nos moldes ditos convencionais, nesse caso, não necessariamente por escolha das personagens. Jaci teve duas mães de criação e sua mãe biológica não teve direito ao matrimônio com o homem que a engravidou.

Quando as mães de criação morrem, Jaci resolve deixar a fazenda em Brumadinho, Minas Gerais, para conhecer a capital do país no Rio de Janeiro. Eram os primeiros anos do século XX no Brasil e os projetos de reurbanização nas grandes cidades começam a derrubar casas, abrir avenidas, construir prédios, empurrando à força moradores para às margens da nova capital. Muitos começavam a montar seus barracos nos morros. Jaci conta sobre a confusão que fora criada na época da obrigatoriedade da vacina para a população. Ela tinha medo, porque disseram que a injeção era dada nas partes íntimas e ela teria que ficar pelada na frente dos policiais. Foi nessa época, que Jaci resolve se mudar para São Paulo.

Na capital paulista, encontrou emprego como arrumadeira da família Fonseca. Aqui, o sobrenome do patriarca familiar vem em destaque e todos os membros do clã ficam sob o mesmo guarda-chuva. Eram “os FONSECAS”, demarcação talvez da organização convencional que a tradição pede para ser defendida.

Nessa época, Jaci conhece Juvenal. Ele trabalhava numa charutaria, que ficava perto da sapataria que ela ia sempre, os patrões ofereceram para a funcionária o “luxo de casar com papel passado”.

Casamos, um ano depois. Jaci e Juvenal, tá registrado no papel. Quase ninguém tem papel, foi presente de casamento. Os Fonseca cuidaram de tudo e casamo com as benção de Deus também. Foi minha despedida daquela casa, que não é costume mulher casada trabalhá fora (BISCHAIN, 2010, p.35).

A narradora diz que Jaci iria parar de trabalhar porque esse era o costume. Segundo Biroli (2014), as definições de família mudam de acordo com tempo e contexto diferentes e são afetadas por decisões políticas e normas institucionais, mas expressam sempre relações de poder. O núcleo familiar faz parte além da identidade dos indivíduos, de uma construção da integração em comunidade e sociedade (BIROLI, 2014, p.47). No romance, se Jaci deixa o trabalho assalariado porque era o costume da época, sua filha Iara é despedida quando casa porque a empresa não aceita que mulheres engravidem.

Iara trabalhava na fábrica de brinquedos desde jovem, depois da demissão por causa do casamento, ela consegue encontrar um novo trabalho, mas não pode apresentar a documentação de mulher casada. Nesse caso, fazer parte da família tradicional não cabe para uma classe social trabalhadora que requer direitos para participar do sistema econômico que aliás, não pede (“por costume”) e nem permite que ela fique em casa.

Teve que mentí, levá os documentos de solteira pra consegui a vaga. Tem que tomá cuidado pra não ficá grávida e perdê o emprego, que empresa nenhuma qué pagá licença maternidade e só contrata mulher solteira (BISCHAIN, 2010, p.44).

No artigo *Age, Race, Class, and Sex: Women Redefining Difference* de 1980, Audre Lorde afirma que a rejeição institucional da diferença é “absolutamente necessária” numa economia que visa lucros e que precisa dos excluídos como um excedente populacional. De acordo com Lorde, fazendo parte desse sistema econômico, nós fomos programados para responder às diferenças de três modos: ignorando, se não for possível, reproduzindo caso sejam dominantes ou destruindo as diferenças, se elas forem subalternas (LORDE, 1984, p.115). O que vemos é que a defesa da constituição de uma família heterossexual para concepção de filhos pode ser válida, por exemplo, desde que

para determinada classe e raça, uma vez que, como é mostrado no romance, as empresas não apreciam mulheres grávidas e nem pretendem inseri-las no mercado de trabalho.

Iara irá morar no mesmo bairro dos pais de Ritinha, a outra narradora e protagonista do romance. Os quatro filhos de Iara: Henrique, Edson, Lucas e Elisa, crescerão próximos à Ritinha e seus dois irmãos, Guilherme e Paulo. No início das memórias, Ritinha lembra da cena dos vizinhos chocados com a renúncia do presidente do país. Mas ele tinha um vice, diziam. Ele estava na China, mas voltaria logo, para assumir o cargo, como mandava a Constituição.

A violência na favela começa a aumentar, comerciantes são assassinados em assaltos e funcionários do Instituto Médico Legal começam a chantagear os moradores para recolher os corpos. Na mesma época, a jovem começa a ver espalhados os cartazes da propaganda do governo dizendo “Brasil, ame-o ou deixe-o”; “Este é um país que vai pra frente”; “Brasil, eu te amo”. A nação ali propagada era muito diferente da pátria que se apresentava diariamente para Ritinha, seus colegas e vizinhos.

Tempos depois, Ritinha e Henrique se casam. No momento de narrar essa união, as memórias de Ritinha demarcam uma posição contrária ao arranjo tradicional e diferentemente da avó de Henrique, Jaci, não veem o “luxo” do papel passado e nem mesmo a necessidade da benção religiosa.

Henrique e eu resolvemos ir morar juntos. No final, por insistência de nossas mães, casamos no civil. Conversamos muito e vimos que para nós um papel não fará nenhuma diferença, o que queremos mesmo é ficar juntos. Alugamos uma casa, reunimos alguns amigos para comemorar a data e assim oficializamos nossa união (BISCHAIN, 2010, p.94).

Ambos estavam envolvidos na resistência à ditadura. No romance, não aparece o nome de uma organização, não há menções sobre terem ou não aderido à luta armada. Eles participavam das manifestações. Distribuíam panfletos e colavam cartazes pelas avenidas da cidade. Elisa também participava com Ritinha dos piquetes dos sindicalistas. Em plena ditadura militar, o movimento de resistência do qual Ritinha participava envolvia um emaranhado de associações civis que buscavam principalmente melhoras sociais.

Há o ideal de mudar o mundo. Ela e os amigos também liam sobre a pobreza no Camboja e a situação no Chile, mas o foco deles consistia numa sucessão de ações e mobilizações para que o Estado oferecesse os serviços básicos, enquanto ele continuava a aparecer nas favelas por meio de funcionários corruptos, violentos e opressores.

O desaparecimento de Henrique marca a interrupção desse ciclo de demandas e mobilização de Ritinha. Na mesma época, Elisa se casa com um industrial, chamado Roberto e vai morar no Rio de Janeiro. Mais uma vez, o matrimônio e a constituição da família marcam o romance. Nesse caso, a psicóloga libertária que participava da luta contra a ditadura, em poucos meses conhece um homem que descreve como “gentil, lindo, o máximo” e se casa em uma cerimônia tradicional, para a surpresa da narradora.

Elisa – quem diria! – teve um casamento tradicional, com direito a cerimônia religiosa, vestido de noiva, recepção (foi um festão daqueles), maquiagem, fotógrafo renomado, viagem de lua de mel para o exterior. Elisa estava linda, com um sorriso irradiante, quase não reconheci minha amiga, que andava sempre de chinelo e jeans (BISCHAIN, 2010, p.107).

Se no casamento da narradora com Henrique, a convenção social não ditou as regras da união, o matrimônio de Elisa foi descrito como normativo, e também isso, de acordo com a narrativa, levantou suspeitas. Para Ritinha, a amiga estava deixando de ser ela mesma. O industrial também fora descrito com desconfiança. Ritinha afirmou que o noivo tinha algo que não agradava porque não olhava para as pessoas enquanto conversavam.

A primeira privação de Elisa foi a participação da esfera pública. Ela passa a ser vigiada, não pode mais trabalhar, nem sair de casa sozinha. Não escolhe mais as próprias roupas e quando falava ao telefone tinha sempre o marido escutando a conversa na outra linha. É possível dizer que o romance propõe uma desconstrução dos arranjos tradicionais familiares, ainda que diversos casais heterossexuais sejam formados ao longo da obra, nenhum deles, nem mesmo o mais tradicional e burguês, prospera.

Um dia, Elisa liga para a mãe e pede que vá buscá-la. Ela não aguenta mais, se sente presa dentro da própria casa, refém do marido. Iara e Ritinha trazem ela de volta para São Paulo, mas pouco tempo depois, sentindo dores muito fortes, Elisa vai ao médico. De lá, volta com umas pílulas para dor. Ela na verdade estava grávida, mas o feto

já tinha morrido dentro de seu ventre. O feto morto causou uma infecção generalizada e Elisa morreu.

A morte da personagem por causa do feto morto em seu ventre traz algumas possibilidades de interpretação a partir das teorias feministas sobre a família e maternidade. Cláudia de Jesus Maia na obra *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral* (2011), traz o argumento já discutido por Tânia Navarro-Swain de que o casamento e a maternidade foram historicamente produzidos como elementos constitutivos da mulher. Eram estes dois fatores determinantes para a definição do que seria a “verdadeira mulher”, sem eles, enquanto sujeitos, as mulheres seriam incompletas (MAIA, 2011, p.52). Se por um lado, o aprisionamento da personagem Elisa, questiona a construção ideal e o amor romântico de um casamento tradicional, sua morte, por meio de um feto morto, pode também reforçar elementos dessa incompletude.

Sobre a desconstrução da necessidade ou da idealização do casamento e da maternidade, Flávia Biroli (2014) cita a teórica Carole Pateman que estabelece uma ligação direta entre o casamento e a restrição da autonomia das mulheres. Para Pateman, a igualdade de gênero dependeria da ruptura com normas que fazem do casamento uma instituição de privilégio e opressão, permitindo o controle e a reprodução da subalternidade de mulheres e crianças numa estrutura patriarcal e autoritária (BIROLI, 2014, p.54).

No romance, as famílias tradicionalmente construídas irão sucumbir. Divórcios, mortes, separações forçadas constroem a narrativa e impõe questões sobre a necessidade ou os novos arranjos familiares que são construídos a partir de diferentes situações. Um desses novos arranjos é a união entre Iara e a nora Ritinha, a partir do desaparecimento de Henrique pelos militares.

Vinte anos depois do desaparecimento, quando chega uma carta avisando que o dinheiro da indenização estava disponível, Ritinha conta que Iara já tinha enlouquecido. Por um tempo, ela procurou por todos os lugares que podia. Pediu ajuda a quem imaginava. Carregava uma grande culpa por, a partir dessa época, não ter cuidado tanto do filho caçula, Lucas, que se envolveu com drogas, por talvez ter se sentido abandonado pela mãe.

A Lei da Anistia de 1979 beneficiou Henrique e a narradora conta sua revolta com o absurdo da situação de concederem retorno ao Brasil de quem o governo sabia já estar morto. Está claro no romance que as concessões feitas em prol da conciliação que os ditadores propunham resultava em mais uma afronta para os familiares das vítimas.

Anistiaram os desaparecidos dizendo que agora podiam voltar ao Brasil. E quando questionamos, nos disseram que eles deveriam ter arrumado outra família no exterior e preferiram não voltar. Durante anos procurei por Henrique, participei de comissões de familiares dos desaparecidos. Nenhum Órgão Oficial nos esclareceu o que aconteceu ou quais foram as circunstâncias das mortes. Não pudemos velar nossos mortos, não tivemos acessos aos arquivos do Exército (BISCHAIN, 2010, p.115).

Rebecca Atencio (2014) reporta as explicações de Alessandra Carvalho e Ludmila da Silva Catela de que a memória coletiva acionada sobre a Lei da Anistia no Brasil foram as imagens dos exilados voltando ao país e dos presos políticos sendo libertados, ao mesmo tempo em que gerou um enorme silêncio sobre o perdão concedido aos militares e agentes das forças de segurança responsáveis por inúmeros crimes no período. Além disso, Atencio destaca que a própria ideia de anistia como uma imagem de reconciliação da família brasileira não teria partido da propaganda governamental, mas fazia parte da campanha da própria sociedade civil (ATENCIO, 2014, p.52). O problema é que famílias, como a da personagem Ritinha, que tiveram seus familiares desaparecidos e assassinados, não seriam recompostas.

Passados mais de vinte anos, o governo, por decreto, emite o atestado de óbito. Chegou também uma carta avisando para ir receber a indenização. Como se uma quantia de dinheiro pagasse e apagasse toda a dor. Dinheiro nenhum vai curar a alma doente da velha que passa o dia andando pela casa, revelando um a um os seus pensamentos. Quem vai curar a dor que dentro dela quebrou o elo entre passado e presente e de nós duas roubou o futuro? (BISCHAIN, 2010, p.116).

2. Considerações finais

O futuro roubado, a vida interrompida, uma dor que enlouquece. *Nem tudo é silêncio* (2010) é esse grito que recusa as inúmeras explicações para que uma conciliação fosse acordada e que a página da ditadura militar fosse virada. A barbárie e o horror praticado pelo Estado não estão em um passado longínquo. Nem mesmo a violência

contra os índios, a escravidão dos negros e a contínua opressão contra os pobres e os trabalhadores podem ser negligenciados em prol de qualquer projeto político. O romance retoma essas questões a partir da perspectiva social de narradoras mulheres.

De acordo com Biroli e Miguel (2014), o feminismo exigiu a cidadania igual entre homens e mulheres. Mas mais importante ainda foi o deciframento dessa igualdade e as condições reais de existência dos indivíduos, questionando hierarquias sociais e o funcionamento das instituições e a crítica ao indivíduo abstrato do pensamento liberal, um universalismo recorrente que reproduz a dominação do homem branco, de classe média, heterossexual. O avanço nessas discussões está também em tornar complexo o debate sobre diferenças e o enfrentamento das submissões de classe e raça.

A crítica feminista ganha radicalidade e força quando as abordagens são capazes de incorporar nessa problematização o fato de que as relações de gênero impactam as experiências, mas o exercício do poder se dá também internamente no grupo “mulheres”. Uma democracia igualitária depende, portanto, do enfrentamento daquilo que faz rodar as engrenagens de gênero, mas também as de classe e raça (BIROLI, MIGUEL, 2014, p.14).

Nesse sentido, o trabalho de Sônia Regina Bischain (2010) propõe uma discussão a partir das narrativas de corpos que sentem fome, pisam nas poças enlameadas para conseguirem alcançar os ônibus que as levarão para o trabalho, contam sobre a violência dos maridos ou enlouquecem pelo desaparecimento e morte dos filhos. Se, em 1964, homens e mulheres marcharam pedindo a defesa da família contra o comunismo, presumia-se família como o casal heterossexual com filhos. Mas nem sempre era desejável que as famílias fossem formadas e isso pouco tinha a ver com teorias comunistas, como questiona Bischain, quando Iara tem que fingir ser solteira para arrumar emprego. Não era, portanto, todo o tipo de família heterossexual que deveria ser defendida, em todas as ocasiões. A construção depende do contexto.

Em 1975, quando o Movimento Feminino pela Anistia e outros começam a pedir pela libertação dos presos políticos e o retorno dos exilados em nome da reconciliação da família brasileira, a negociação exclui do enquadramento as famílias que tiveram seus entes desaparecidos e assassinados. A defesa dessa reconciliação propôs primeiro um

silêncio sobre a justiça em prol também de um projeto de redemocratização, ao qual foi concedido novamente o silenciamento sobre mortos, desaparecidos.

Recuperando o slogan feminista dos anos 1960 de que “o pessoal é político”, e entendendo que a crítica feminista deslocou a compreensão do que é justiça, democracia, autonomia e identidade numa profunda crítica das instituições e das relações por elas mantidas, como é o caso da organização familiar, esse trabalho, ainda em construção, deseja olhar para a literatura em sua dimensão social, em busca de uma problematização e um rompimento com silenciamentos trazidos e negociados pela ditadura militar. Pois, como nos afirma Butler, mesmo que nem a imagem, nem a poesia possam libertar ninguém da prisão, nem interromper um bombardeio, nem reverter o curso da guerra, possam, contudo, “oferecer as condições necessárias para libertar-se da aceitação cotidiana da guerra e para provocar um horror e uma indignação mais generalizados, que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência” (BUTLER, 2016, p.27).

Referências

ATENCIO, Rebecca (2014). **Memory's turn: reckoning with dictatorship in Brazil**. Winsconsin: The University of Winsconsin Press.

BIROLI, Flávia (2014). **Família: novos conceitos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
BISCHAIN, Sonia Regina (2010). **Nem tudo é silêncio**. São Paulo: Coletivo Cultural Poesia na Brasa.

BUTLER, Judith (2016). **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LORDE, Audre (1984). **Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference**. In: *Sister outsider*. Bekerley: The Crossing Press.

MAIA, Cláudia (2011). **A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral – Minas Gerais 1890-1948**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia (2014). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo.

SCHMIDT, Rita Terezinha (2008). Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. *Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n.32 julho/dezembro 2008.